

■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ A leitura e a contação de histórias enquanto recursos metodológicos para a aplicação da lei nº 10.639/03 no processo de ensino aprendizagem

 Jhonatan Cardim Siqueira*

Resumo: Partindo da apresentação da lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-brasileiras, o presente artigo visa apresentar estudos e documentos que garantam a efetividade deste processo de forma significativa e permanente, adotando enquanto recurso metodológico a leitura e a contação de histórias, que, além de trabalhar a temática proposta, possibilitam o desenvolvimento integral do educando no processo de ensino e aprendizagem, considerando os aspectos cognitivos, motor, afetivo e social. A pesquisa fomenta o estudo acerca do papel da escola no viés de uma educação crítica, do conceito de Literatura Negro-Brasileira do Encantamento, a acessibilidade de autores pretos e obras literárias que retratem o negro e sua contribuição para a construção da identidade deste país, a fim de estabelecer subsídios para a educação das relações étnico-raciais e em função de uma pedagogia antirracista.

Palavras-chave: Cultura Afro-brasileira. Contação de histórias. Educação antirracista. Lei nº 10.639/03.

Contador de histórias, pós-graduando em Humanidades – Educação, Política e Sociedade (IFSP), licenciando em Artes Visuais (FAEP). Possui graduação em Pedagogia (2020). Contato: cardimdehistorias@gmail.com

Introdução

A perpetuação histórico-cultural do povo preto aconteceu através da tradição oral da contação de histórias. Por estas narrativas, difundiram-se a sabedoria e os valores africanos, transpassando a dimensão da racionalidade e instigando a imaginação, tornando possíveis os registros de memória viva dessa formação histórica e a construção de conhecimentos.

A apresentação das temáticas da história e da cultura afro-brasileira dentro do processo de ensino e aprendizagem contempla o desenvolvimento educativo-crítico do educando, norteado pela legislação educacional e outros documentos, como a Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 9), que garantem a “valorização da diversidade de saberes e vivências culturais”.

Para tanto, é fundamental o conhecimento, a organização e a apresentação dos referenciais que alicerçam tais práticas, pois as mesmas subsidiam o cumprimento dos currículos pedagógicos. Como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “é preciso às vezes criar um ambiente que convide à escuta atenta e mobilize a expectativa: é o caso, por exemplo, dos momentos de contar histórias” (BRASIL, 1997-98, p. 40). Tais documentos orientam e habilitam o educador, pesquisador e contador de histórias para o desenvolvimento de um processo relevante em sua formação acadêmica e profissional, assim como no processo de escolarização e formação para o exercício da cidadania de seus educandos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, em seu artigo 26-A, torna-se “obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. No entanto, há questionamentos acerca das práticas pedagógicas que cumpram efetivamente essa obrigatoriedade, e não apenas a defasagem sobre o conteúdo programático estabelecido nos currículos educacionais. Mas como o educador poderá aplicar esta lei construtivamente de modo a levar o discente a um processo de reeducação racial?

A reeducação para as relações étnico-raciais

Cento e trinta e dois anos se passaram desde a Lei n.º 3.353 da Constituição da República Federativa do Brasil, que aboliu a escravatura no território brasileiro após cerca de 300 anos de um regime escravocrata, no qual pretos foram sequestrados de várias partes da costa africana, transportados em navios negreiros, comercializados e explorados na terra do pau-brasil. Dados do informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2019) publicado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatísticas (IBGE), apontam que negros e pardos representam 55,8% da população, sendo o país com o maior número de pessoas pretas fora do continente africano. Neste mesmo território, no período de 2006 a 2016, 71,5% das vítimas de homicídios foram negras segundo o Atlas da Violência de 2018, estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ao escrever “O Genocídio do negro brasileiro”, Abdias Nascimento (2016) aponta para o mito da democracia racial, em que a segregação se dá através do extermínio da língua, da religião, da cultura e da história do afro-brasileiro, negando o seu direito de existência. “Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa” (NASCIMENTO, 2016, p.75). Nessa perspectiva, o autor ilustra os desafios dos aspectos educacionais, habitacionais e de empregabilidade enfrentados, tendo em vista que o fator racial determina a ocupação social e econômica do cidadão brasileiro.

No artigo quinto da Constituição Federal de 1988, é declarado o direito à vida, à liberdade e à igualdade aos constituintes desta nação, tornando em seu inciso XLII “a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível” (BRASIL, 1988), o que não inibi que pessoas pretas sofram com ataques de condutas discriminatórias, preconceituosas e racistas, ações estruturalmente arraigadas na sociedade brasileira, consequência de um abismo histórico-social onde o corpo negro é inferiorizado. Para tanto, notar-se criticamente supõe na capacidade de questionar o sistema de opressão racial, como afirma Djamila Ribeiro (2019) em seu livro “Pequeno Manual Antirracista” e é necessário atentar-se aos privilégios detidos por determinados grupos a fim de evoluir em um processo de conscientização na adoção de práticas antirracistas, visto que aquietar-se frente ao racismo não torna o sujeito “moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo” (RIBEIRO, 2019, p. 7).

No que tange ao ambiente educacional, a escola não é uma instituição isolada da sociedade, logo produz e reproduz ações racistas. A considerar que neste espaço se estabelecem múltiplas relações, educandos negros estão sucessíveis a práticas discriminatórias em função de sua etnia, crenças religiosas ou hábitos culturais. As ideias de Paulo Freire (1999) nos ajudam a pensar no compromisso da escola frente à cultura da desigualdade forjada no decorrer da história que se repete.

[...] qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é dever, por mais que reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. O combate ao racismo e ao preconceito deve acontecer constantemente nos ambientes escolares, pois a escola

é um ambiente que promove reflexão e visa formar cidadãos que respeitem a diversidade étnico-racial. (FREIRE, 1999, p. 69).

É incumbência da comunidade escolar, na tarefa de formação para o exercício da cidadania, estabelecer uma educação multicultural e uma pedagogia antirracista, “a partir dos valores especificamente pedagógicos que orientam sua prática, de ampliar e aprofundar no aluno o seu processo de aquisição de conhecimentos, como espaço de escolarização que é” (MOURA, 2005, p. 75), a fim de propiciar processos pedagógicos em decorrência da valorização das múltiplas identidades, levando o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro, considerando o universo de valores de cada um, para que possam se colocar no mundo e entender o seu recorte social, ampliar o seu horizonte de vivências e criar novos repertórios e imaginários.

Por consequência, a lei nº. 10.639, de 03 de janeiro de 2003 em seu artigo 26-A, integrou junto à Lei de Diretrizes Bases 9394/96 (LDB) a obrigatoriedade do ensino acerca da História e Cultura Afro-brasileira, estabelecendo a inclusão no currículo pedagógico “do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003), sendo este conteúdo aplicado em todo o cenário educacional, especialmente nos campos de educação artística, literatura e história brasileira. Entende-se que o propósito dessa lei é ratificar as desigualdades educacionais e assegurar o reconhecimento da contribuição histórico-cultural dos povos que integram o estado brasileiro determinando “igualdade no acesso deles a um direito social de cidadania fundamental, qual seja a educação” (SILVA; OLIVEIRA; MORAES, 2008, p.33).

Para pensar os conteúdos programáticos e o processo de ensino e aprendizagem dentro da temática exposta, outros documentos foram desenvolvidos, como por exemplo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, apresentado pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2004. Este documento compreende que não é tarefa exclusiva da escola assumir o papel de quem vai acabar com o racismo na sociedade, mas trabalhar em função de uma reeducação étnico-racial identificando os não saberes, promovendo um ambiente em que as diversidades se manifestem reputando as narrativas do povo preto.

A escola tem papel preponderante para eliminação das

discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004, p. 15).

A promoção de uma educação antirracista como intervenção no mundo, passa pela compreensão de acontecimentos históricos, das relações de poder e seus impactos e de processos de transformação e manutenção das estruturas socioculturais, políticas e econômicas. Essa compreensão permitirá a identificação de diferentes interpretações com relação a um mesmo contexto histórico, revelando visões de mundo diversas, e proverá condições para a adoção de um posicionamento crítico com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, assim como de atitudes respeitadas com as diferentes populações.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define em seu documento algumas competências específicas de História para o ensino fundamental que promovem essa reeducação racial e antirracista e que visam abarcar acontecimentos históricos em todos os seus aspectos, desenvolvendo o senso crítico e autonomia do educando para que possa posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. Assim como as competências de Ensino Religioso que declaram a importância de “Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios” (BNCC, 2017, p. 437) de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

A multiplicidade de experiências pedagógicas e a renovação nas práticas educacionais na perspectiva de uma ambiência racial

A Política Nacional de Humanização define ambiência como tratamento do espaço físico, entendido como espaço social, profissional e de relações interpessoais que devem proporcionar atenção acolhedora, humana e resolutiva. Envolve questões relacionadas a acolhimento e integração, assim como espaços que propiciem reflexão, inclusão e participação, como é o caso da sala de aula, por exemplo. Portanto, é necessário reestruturar essa ambiência que considera apenas determinada raça, cultura ou grupo étnico.

Para ir contra isso, a escola e seus formadores devem promover em seu espaço e na revisão de seus padrões, uma ruptura dos modelos e métodos eurocêntricos de ensino na busca da decolonização do conhecimento, e

estabelecer em sala de aula canais de visibilidade para a história e cultura negras, reconhecendo sua ancestralidade étnica, racial e cultural. Para tanto, é imprescindível repensar algumas condutas como as práticas pedagógicas, por exemplo, questionando-se acerca das estratégias efetivas que levem a um processo significativo da construção desses novos conhecimentos, garantindo que os mesmos contemplem todos os aspectos do processo formativo do discente.

A leitura e a contação de histórias podem ser adotadas enquanto metodologias de trabalho neste ciclo, posto que dentro de um processo de ensino e aprendizagem não contempla apenas a linguagem oral, mas também, corporeidade, ludicidade e literatura, que de acordo com Cléo Busatto (2007, p. 58), possibilita “pensar o imaginário como um vasto campo de possibilidades, que proporciona, entre tantas coisas, a compreensão e aceitação de diferentes níveis de percepção da realidade, abrindo-se para um sistema participativo, plural, sensível e passível de outras lógicas” que, enquanto ferramenta pedagógica no âmbito educacional estimula o desenvolvimento de habilidades inerentes à formação do indivíduo como um todo.

É um momento significativo de interatividade entre o professor e o aluno, nela se estabelece uma relação em que é possível criar e fortalecer um vínculo a fim de deixar fruir um processo formativo que contemple não apenas o cognitivo, mas que desperte a autonomia e a criticidade do educando através da ação lúdica que permite introduzir o conteúdo de forma prazerosa, e onde é possível estimular e desenvolver o indivíduo integralmente. Freire (2005), aponta que para uma prática educativo-crítica de êxito faz-se necessária a disposição de vivências que possibilitem essa relação interpessoal com o intuito de que cada um dos envolvidos possa se reconhecer “como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 2005, p. 41).

Pensando no que se propõe para a formação plena do aluno, para os seus desenvolvimentos cognitivo, motor, afetivo e social, é necessário propiciar vivências nas quais ele possa construir a sua identidade. Para tal, o acesso à oralidade e à literatura é efetivamente um exercício que amplia suas possibilidades. De acordo com Fanny Abramovich (1995, p. 17), é importante para a formação de um público leitor que este ouça muitas histórias, contadas e lidas, e apropriar-se da leitura possibilita a descoberta e compreensão do mundo. É justamente por intermédio dessas possibilidades que compreendemos a importância que a literatura exerce

nos seres em formação, despertando um entendimento do todo e de si mesmo.

Afro-literatura e Literatura negro brasileira do encantamento

Os discursos da igualdade e do direito à educação perpassam todos os âmbitos da formação escolar, e inclui o currículo estabelecido em documentos que norteiam o desenvolvimento de todo o processo educacional, como por exemplo a BNCC (2017), visto que através deste propõe-se, além do conteúdo programático um processo que possibilita a construção de identidades, através das relações interpessoais e da exploração de suas especificidades, pois o processo de ensino-aprendizagem é tido como um território de produção, circulação e consolidação de conhecimentos e significados. Neste sentido, é papel preponderante da escola oferecer subsídios que viabilizem o cumprimento dos objetivos dispostos para cada fase e/ou situação de aprendizagem, considerando a adequação do espaço físico para a realização das atividades, o suporte pedagógico ao professor no planejamento das aulas e na formação que o qualifique para a mediação dos movimentos afro-literários, recursos de trabalho que corroborem a execução efetiva das práticas de ensino aprendizagem, além de materiais didáticos e paradidáticos que correspondam às questões aplicadas neste contexto.

No que tange a seleção dos livros didáticos e literários utilizados como recursos para estes fins, é importante que supram as finalidades da educação crítica e reflexiva, que contemplem a evolução do sujeito na integralidade, sendo estes sujeitos, representados enquanto agentes socioculturais distintos, constituídos por diferentes valores, histórias, tradições e culturas, sem a subalternização e a marginalização de determinados grupos.

[...] a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004, p. 12).

A escola conta com sistemas como o Programa

Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que de acordo com o Ministério da Educação (MEC) “é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita às escolas públicas de educação básica”. A seleção destes livros se dá através de avaliação pedagógica coordenada pelo MEC com participação de comissão técnica composta por especialistas. É necessário, porém, a reavaliação e a ampliação do acervo bibliográfico disponibilizado às instituições escolares, tendo em vista que como são ferramentas que darão suporte ao ensino e a construção de saberes, precisam introduzir de forma coesa, clara e significativa a história e a cultura afro-brasileiras e a posição do personagem preto, para despertar no discente um senso de identificação e pertencimento.

Essa seleção assume posição de importância, pois os livros de literatura devem apresentar também os personagens negros em sua diversidade, e como sugere Negrão (1985), as crianças negras só terão a possibilidade de fazer-se mediadoras no processo de comunicação, quando a literatura apresentar de maneira afirmativa a sua imagem e identidade. Para isso, é preciso decolonizar os materiais adotados nestes ciclos, dado que, mostram a história em uma visão eurocêntrica, monocultural e heterogênea, o que inferioriza o preto no decorrer da história, subjetivando sua existência social e literária. Na educação das relações étnico-raciais a história precisa ser recontada sob o olhar do colonizado, sendo função da escola, no viés da promoção de uma educação crítica, não se manter neutra, pois a mesma não é e não o deve ser. Segundo Nilma Lino Gomes (2002, p. 41), “não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual”, para tanto, a afro-literatura precisa ser compreendida em suas riquezas de abordagens e significados, pois possui enunciação coletiva e possibilidade do reconhecimento e construção da identidade do educando em detrimento de sua história e ancestralidade, considerando o sujeito histórico-cultural, ainda que, essa identidade não deva ser vista como estática e imutável. Neste sentido, pode-se adotar histórias da literatura africana e afro-brasileira, assim como abordar autores e ilustradores pretos e que apresentem personagens negros nas mais diversas situações do cotidiano.

Kiusam de Oliveira (2018, p. 9) baseia-se na concepção de Cuti (2010, p.36) acerca de Literatura Negro-Brasileira que declara não ter o mesmo sentido que Literatura

Afro-Brasileira visto que esta remete ao retorno à África, o que não combate o racismo brasileiro. Já a ideia de Literatura Negro-Brasileira sugere a auto identificação e a consciência racial do preto. Assim, a autora altera o termo de sua fruição literária, adotando para o exercício de sua escrita a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento, que designa a “fortalecer as identidades das crianças e jovens negras através do encantamento na escrita literária, pensando que há uma forma de construir tal texto elaborado como num bordado”. Oliveira (2018, p. 10) acredita que as narrativas feitas por meio de personagens em histórias do cotidiano das crianças contribuem para a “elevação da autoestima e promoção do bem-estar físico, mental, psíquico e espiritual de todas as crianças”, pois ao tomarem conhecimento das histórias, tradições, lendas e mitos de seu povo fazem um exercício de amor próprio, orgulho, preservação de sua cultura e para que tal aconteça efetivamente é necessário despertar o encantamento.

Diante disso, destaca-se o valor da representatividade negra para as infâncias pretas na formação de uma percepção de identificação, pois ao não se ver representada na literatura a criança coloca-se no território da não existência, da não valorização. A literatura é uma ferramenta que pode habilitar e acessar aspectos extremamente profundos e necessários de mergulho no processo de construção de identidades das crianças de forma geral e das crianças pretas de forma específica, e a leitura e contação de histórias cumprem significativamente os objetivos do trabalho literário introduzindo esses conteúdos e despertando no educando competências e potencialidades que expandem o seu campo de conhecimento e a vivência do imaginário.

Pensar a Afro-literatura ou a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento é uma das primeiras etapas ao trabalhar a leitura e a contação de histórias enquanto ferramentas metodológicas para a educação das relações étnico-raciais. Contar histórias é algo que nos remete ao início da existência humana, pois podemos pensar que a atividade de contar histórias nasceu junto com a necessidade de comunicar aos outros alguma experiência que poderia ter significação para todos. É comum que os povos se orgulhem de suas histórias, tradições, mitos e lendas, pois são expressões de sua cultura e devem ser preservadas. Concentra-se aqui um dos pontos da íntima relação entre a literatura e a oralidade.

As histórias que os anciãos contam ao redor de uma fogueira ou no pé de um grande baobá são transmissões de conhecimentos vivenciados ao longo de sua trajetória de vida. Essa experiência de vida valoriza o saber místico, mítico e natural, ou seja, prima pelo sagrado, é atento às histórias de origem

da comunidade (mito), que condensam a sabedoria comunal do grupo e convivem com a natureza, aprendendo dela. Tudo isso se dá no cotidiano, na valorização dos eventos singulares à comunidade e na manutenção dos valores civilizatórios africanos (OLIVEIRA, 2007, p. 276).

Desta forma, ao ler e contar histórias pretas além de potencializar a auto identificação, outros aspectos são estimulados, pois os contos povoam a cabeça, despertam o apreço pela palavra, permitem mergulhar e ser transportado para outro lugar através da imaginação pela oralidade que é um dos valores civilizatórios afro-brasileiros, além de exercer a prática educativo-crítica de êxito com a disposição de vivências que possibilitem essa relação entre os estudantes e a literatura, com o intuito de que possam se reconhecer através das histórias como ser social e histórico.

Contar e encantar: Uma prática de formação integral

A contação de histórias estabelece uma experiência que permite olhar para o aluno considerando a sua formação integral, partindo da oralidade, corporeidade e ludicidade, garantindo o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo, social em que o mesmo, em um papel de protagonismo, seja capaz de se reconhecer enquanto agente pensante, questionador e transformador do contexto educacional, também pertencente a uma história e cultura.

Ao contar histórias com o protagonismo negro cooperamos com a construção de uma identidade coerente com a história, corpo e cultura do negro. Apesar do processo de construção da identidade negra ser complexo, há esperança para a resignificação da construção de uma conscientização e valorização da cultura e estética do negro. A reconstrução do “ser negro” atravessa a estruturação política e a sua identidade sociocultural, através de um processo de conscientização e valorização da negritude bem como nos empenhamos no projeto. As histórias contadas fomentam o conhecimento a respeito de outros povos e culturas, mas especificamente a cultura africana. É importante ressaltar que essa prática também garante, ainda que de forma mínima, a aplicação da Lei 10639/03 que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional e a relevância do ensino da cultura negra direcionado às escolas. (MARCOS e MALAFAIA, 2018, p. 15).

Contar histórias é um dos fazeres mais antigos e remotos que se tem ciência, o que antecede ao surgimento da escrita. Sempre adotada como mecanismo de comunicação, as histórias emergem das fantasias e experiências de todos os seres, se perpetuam através

da partilha pela oralidade nas quais saberes, valores e tradições fortalecem histórias e culturas de diferentes povos. Elas indicam situações desafiadoras, estabelecem vínculos sociais, educativos e afetivos e possibilitam as relações interpessoais.

Para Vânia Dohme (2003, p. 7), “as histórias são um eficiente meio de transmissão de uma mensagem educacional”, e o professor deve saber que através delas também formará seus alunos no campo da afetividade, pois estas estabelecem relações que permitem a comunicação ocasionando a compreensão e empatia, fortalecendo laços de amorosidade. Ler e contar histórias também desenvolvem o raciocínio, pois “à medida que a criança vai lendo ou ouvindo uma história, ela vai mentalmente a acompanhando [...] o enredo das histórias incita o raciocínio e a reflexão” (DOHME, 2003, p. 9). O senso crítico também se desenvolve, pois, ao acompanhar ela passa a examinar e explicitar suas ideias em relação a história, que pode levá-la a outros cenários através da imaginação.

Neste seguimento, a autora apresenta alguns tópicos da experiência pessoal e educacional de uma criança que são potencializados com a prática da contação (2011, p.18):

- a- Caráter: a classificação de histórias sobre acontecimentos heroicos, que encerram com ensinamentos de vida, sobre a prática de boas ações. Por entre de situações irreais os alunos notam os caminhos dispostos, podendo analisar os efeitos resultantes dessas escolhas. Assim constroem seus próprios valores;
- b- Raciocínio: histórias provocantes e com recursos mais desenvolvidos, levam as crianças à criação e visualização do desencadear das situações através da imaginação;
- c- Imaginação: como acompanham os contos re-produzindo-os mentalmente, conseguem circular entre espaço e tempo se relacionando com o que cria através da necessidade de sonhar, o que fortalece a estruturação da personalidade também para a tomada de decisões;
- d- Criatividade: com que mais frequência se estabeleça o exercício do imaginário, mais expandirá o repertório lúdico desenvolvendo a criatividade;
- e- Senso crítico: o indivíduo caminha num processo de alienação e subjeção as ideias impostas socialmente, por intermédio das histórias os alunos observam e conhecem situações condizentes a muitas realidades, compreendido que pode movimentar-se por histórias, culturas e povos; este

olhar o permite examinar as posições destes contextos;

- f- Disciplina: deve ser concebida de forma natural e não imposta, ao apresentar o conteúdo de forma que dialogue com o interesse dos educandos desperta neles uma conduta participativa e receptiva, que corrobora ao desempenho crítico em relação a sua postura e aos demais.

O aspecto da oralidade, aplicado na vivência da leitura e da contação, permite que a história ganhe vida na relação do falar e do ouvir. Assim, a criança desperta o senso de comunicação e escuta, e são estimulados valores de respeito ao espaço e a manifestação de ideias do outro, assume uma postura ativa diante dos conflitos, passando a posicionar-se de forma clara e concisa, sendo capaz de identificar os problemas e dialogar em um círculo de ideias em busca as possíveis intervenções. “O homem descobriu que a história além de entreter, causava admiração e conquistava a aprovação dos ouvintes. O contar de histórias tornou-se o centro da atenção popular pelo prazer que suas narrativas proporcionavam” (BERNARDINO; SOUZA, 2011, p. 236). Ao recontar as histórias, os alunos assimilam os saberes e inserem suas impressões acerca das informações absorvidas, sendo comum aproximar o relato de sua experiência pessoal, expressando seus prazeres e anseios. Assim, uma história contada nunca mais será a mesma, pois cada qual se sentirá provocado de maneiras distintas, o que ocasiona várias interpretações apresentando diferentes funções na lógica e experiência de cada ser, pois gera diferentes entendimentos e percepções, assim cada criança ao ouvir histórias, as manifestam e recontam sob seus olhares e impressões.

No campo da oralidade, a literatura contribui na expansão do repertório do vocabulário na articulação das novas palavras, dos significados que se criam e a organização das ideias das crianças que integram um escopo das construções, do que foi apresentado na contação e ao que emergiu nos campos da ludicidade e do emocional. A leitura e a contação de histórias desenvolvem o cognitivo pois “educa a atenção, aviva os sonhos, ampliam as possibilidades de ver e compreender o mundo, assim como de se autoconhecer, construindo sua identidade e personalidade de forma espontânea e livre de repressão.” (FARIA, FLARIANO, 2017, p.36), visto que se decorre de forma naturalizada, mas consciente, para que fixem as ideias e intenções apresentadas.

Com relação à corporeidade, é através da expressão e dos movimentos que os alunos exprimem seus

sentimentos, as sensações e as mensagens implícitas que são comunicadas de muitas maneiras, sendo que o corpo fala e se relaciona com as situações, os ambientes e as pessoas que formam essas experiências. O ser humano, por si, experimenta a vivência também através da motricidade, que, dentro da prática da contação, se manifesta como recurso potente de diálogo, visto que é objeto de externalização do cenário imaginário dirigido sob muitas possibilidades de criação, reais ou não, expressadas por meio de gestos, olhares, vozes.

O discente em contato com a literatura através da contação de histórias aprende sobre de novas histórias, culturas e identidades, no aspecto da oralidade compreende a intencionalidade da fala e da escuta ao estabelecer condições de convívio e produção coletiva, em relação à corporeidade desperta consciência das potencialidades e limitações do seu corpo, tendo-o também como objeto de comunicação.

Conto histórias para formar leitores; para fazer da diversidade cultural um fato; valorizar as etnias; manter a História viva; para se sentir vivo; para encantar e sensibilizar o ouvinte; para estimular o imaginário; articular o sensível; tocar o coração; alimentar o espírito; resgatar significados para a nossa existência e reativar o sagrado (BUSATTO, 2003, p. 45)

A leitura e a contação de histórias são portadoras de inúmeros significados no processo pedagógico, visto que contempla a educação crítica e emancipatória. Auxilia na melhoria da leitura e da escrita dando acesso ao encontro aluno e livro. Entendendo que essa relação vem se perdendo fora do ambiente escolar, deve ser então papel da escola fomentar e viabilizar essa aproximação, promovendo ações afirmativas na formação de um público leitor efetivo, instigado pelo prazer de ler e ouvir histórias, da exploração do imaginário e pelo amadurecimento da apreciação crítica, onde o aluno aprende, desenvolve suas habilidades e potencialidades através desta prática.

Considerações finais

Como visto até aqui, é papel da escola, enquanto instituição social, desenvolver no processo de ensino aprendizagem práticas para uma educação antirracista, pois a mesma possibilita reflexões e prevê a formação cidadã que respeite a diversidade, além de seguir os preceitos da lei nº 10.639/03 garante a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. A leitura e a contação de histórias, adotadas enquanto recursos metodológicos deste movimento favorecem o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social e

oportunizam ao discente um espaço de fruição do imaginário, da construção e reconhecimento de novas realidades e/ou de sua própria identidade. É importante para a formação integral de todos os estudantes, negros ou não, sendo que para os negros ela assume outras funções, como, por exemplo, reconhecimento de sua história e cultura e a compreensão de si.

Tomar consciência da importância desta metodologia para a autoidentificação e o estímulo da autoestima da criança preta torna-se um ato político, sendo esta prática efetiva para a educação das relações étnico-raciais. A oferta de autores e obras literárias que proponham a valorização às pessoas negras encoraja os discentes na continuidade dos estudos de sua própria história contada sob olhar do seu próprio povo, criando e fortalecendo sua relação consigo mesmo e com sua

ancestralidade, pois a literatura é um recurso que oportuniza a aquisição de conhecimentos significativos e a experimentação e construção de identidades das crianças.

Desta forma, na prática da leitura e da contação de histórias, o educador insere o aluno em uma vivência para o seu desenvolvimento integral, na construção do seu caráter, estimulando o raciocínio, deixando fluir a imaginação, elevando a criatividade, aguçando o senso crítico e desenvolvendo a sua disciplina, criando significados em um processo pedagógico que reconheça o corpo, a oralidade, a literatura e a ludicidade como prática fundamentada para a construção de conhecimentos, onde a apreciação de sua história e cultura é evidenciada, para que toda criança entenda que nenhuma história é menor ou menos importante do que a outra.

Referências

- ABRAMOVICH, F. *Literatura Infantil: Gosturas e bobices*. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1995.
- BERNARDINO, Andreza Dalla; SOUZA, Linete Oliveira de. A contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. *Educare et educare - revista de educação*. São Paulo, v 06, nº12, p. 235-249, jul./dez. 2011.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- BUSATTO, Cléo. *Contar e encantar – pequenos segredos da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- DOHME, V. *Além do Encantamento*. Campinas: Editora Fundação EDUCAR DPaschoal, 2003. Disponível: < http://www.educardpaschoal.org.br/web/files/files/Livro_alemdoencantamento.pdf>. (Acesso em 13.mai.2020).
- DOHME, V. *Técnicas de contar histórias*. 4ª ed. São Paulo: Editora Informal, 2001.
- FARIA, et al. A influência da contação de histórias na educação infantil. *Mediação*. Pires do Rio – GO, v. 12, n. 1, p. 30-48, jan.-dez. 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 9, 2002, p. 38-47.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019, 12 p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.
- MARCOS, Dayane Silva. MALAFAIA, Evelyn Dias Siqueira. Discussão sobre racismo a partir da contação de histórias infanto-juvenil negra. Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Uberlândia, out.2018.
- NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- O Direito à diferença. In: MOURA, Glória. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- OLIVEIRA, Kiusam. Literatura Negro-Brasileira do encantamento e as infâncias: reencantando corpos negros. Feira Literária Brasil – África, Vitória, v.1 n.3. 2020.
- OLIVEIRA, Kiusam. O papel da consciência sóciorracional na luta contra o racismo. In.: SOUSA, Cynthia Pereira de. CATANI, Denice Bárbara (orgs.). Multiplicidades culturais, projetos de formação e trabalho escolar. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Petronilha; OLIVEIRA, Evaldo; MORAIS, Danilo. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 se fazem necessárias? Presente: Revista da Educação, Ano XVI, n. 63, dez. 2008, p. 32-33.